

A EXPECTATIVA DA COMPETIÇÃO: PENSAMENTO ECONÔMICO E PRODUTORES TÊXTEIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

THE EXPECTATION OF COMPETITION: ECONOMIC THOUGHT AND TEXTILE PRODUCERS IN RECENT DECADES

Regina Weber^a

^aProfessora titular do Departamento de História e PPG História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Contato: reginaw@terra.com.br

Resumo

Este artigo pretende mostrar que a condição econômica e cultural de muitos pequenos produtores têxteis, e mesmo médios, não lhes permite uma postura agressiva no competitivo mercado da produção têxtil. Ou seja, eles não correspondem, e provavelmente não teriam como corresponder às propostas de muitos estudos que defendem modernização, inovação e competitividade. Em vários trabalhos de análise econômica se observa a hipótese de que um comportamento empresarial adequado levaria a dado resultado, mesmo quando consideram o caráter concentrador e excludente da competição capitalista. Do ponto de vista dos pequenos produtores, as variáveis em curso podem estar fora de seu controle. O lócus de estudo é o Rio Grande do Sul em torno da década de 1990, reverberando movimentos econômicos e sociais nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Indústria têxtil; Competição; Economia; Malharia; Pequena empresa.

Códigos JEL: N66; N76; L67; B25.

Abstract

This article aims to show that the economic and cultural circumstances of many small—and even medium-sized—textile producers do not allow them to adopt an aggressive stance in the competitive textile production market. In other words, they do not meet—and likely could not meet—the proposals put forward by many studies that advocate for modernization, innovation, and competitiveness. Several economic analyses posit the hypothesis that appropriate business behavior would lead to a given outcome, even when they take into account the concentrating and exclusionary nature of capitalist competition. From the perspective of small producers, the variables at play may be beyond their control. The focus of this study is Rio Grande do Sul around the 1990s, reflecting national and international economic and social trends.

Keywords: Textile industry; Competition; Economy; Knitwear; Small business.

JEL Codes: N66; N76; L67; B25.

INTRODUÇÃO

Este estudo aponta os efeitos localizados de um fenômeno amplo, o mercado e a ação do Estado sobre o mesmo, alinhando-se a visões que, sem negar avanços técnicos, questionam o discurso hegemônico sobre o progresso e lembram que “o progresso da própria humanidade implica uma dimensão moral, social e política que não é redutível ao progresso científico e técnico” (Dupas, 2012, p. 70). Se “o movimento da História é necessariamente heterogêneo” (id.), é preciso acompanhar o alcance das transformações econômicas em diferentes contextos. Em termos de recorte do objeto esta pesquisa direciona o olhar para o movimento local, o efeito direto sobre indivíduos e grupos sociais:

A combinação da vastidão documental, articulada em séries cruzadas, com a concentração atenta a um local, é o que permite esta empresa historiográfica. Sua filosofia de trabalho: a perspectiva de que o local pode contribuir efetivamente para corrigir os desvios, deformações e impropriedades das análises globais que se furtaram, pelo menos em algum momento, ao mergulho intensivo em alguma documentação concentrada regionalmente (Barros, 2022, p. 39).

Após um breve retorno ao passado fabril do Rio Grande do Sul, parcialmente modificado pelas transformações no mercado têxtil a partir da década 1960, o artigo se detém nas consequências da abertura de mercado na década de 1990. Este contexto da abertura econômica já foi alvo de inúmeras abordagens, principalmente por parte de economistas e sociólogos e este artigo, ao mesmo tempo em que recupera estas análises, propõe observar as alternativas que se colocavam para os indivíduos enquanto agentes econômicos. Embasado em diferentes fontes, o texto busca mostrar os limites a que estavam sujeitos os agentes fabris, enredados por forças econômicas, ora em processos de falência, ora tentando se inserir num mercado produtivo em mutação.

Em termos de escala, parte dos autores aqui citados operavam com categorias divulgadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Em 2001, por exemplo, a classificação do SEBRAE categorizava como microempresa a que empregava até 19 trabalhadores, como pequena-empresa a composta por 20 até 99 empregados, e, acima destes números, estariam a média e grande empresa (Roos, 2001, p. 35). Atualmente, em decorrência do Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa (MPE), os condicionantes são outros: tipo empresarial; atividade econômica; faturamento no ano-calendário¹. Pelo critério de número de empregados, várias fábricas mencionadas pelas fontes de pesquisa poderiam ser consideradas até microempresas. A dissertação de Roos (2001, p. 4, 71), sobre a malharia retilínea de Caxias do Sul, constatou que mais da metade das malharias eram formadas por até 15 pessoas e 84% correspondiam a pequenas empresas, o que foi denominado “pulverização do mercado”. Estes pequenos empreendimentos podem estar relacionados com tentativas de sobrevivência dos trabalhadores dispensados das empresas têxteis durante a crise do setor no período da abertura econômica (Piccinini et. al., 2006, p. 371).

Mesmo quando em pequeno número, os empregados estão presentes nas diferentes fontes citadas. A defesa de uma confecção que está em processo de falência alega querer evitar “a destruição de um organismo que além de contribuir para a circulação de bens, é empregador e ordenador do trabalho”². Ao divulgar os efeitos da abertura econômica, a imprensa noticia o fechamento de empresas e a redução de empregados no setor têxtil³. Mesmo

1 SEBRAE, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual: diferenças e características. Disponível em <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/epp-microempresa-mei.19/05/2025>. Acesso em 02/02/2026. As MPEs foram responsáveis, em 2023, por 70% das vagas criadas em empregos formais no país.

2 TJRS/DARQ, Butoky Modas e Confecções Ltda. (A), Butoky Modas e Confecções Ltda (R), Processo 10518156480 / A15700125, 27/05/1986 / 03/09/2006, Falência. Porto Alegre. Fl. 3.

3 Malharias esperam repetir resultados, Zero Hora, n. 9554, 30/10/1991, Região Nordeste, p. 6.

textos que enfatizam a competição destacam a valorização do “funcionário” e as vantagens de mantê-los na empresa (Contador, 2004, p. 85); porém sabemos que a redução do custo da mão-de-obra é um dos expedientes de lucro em sistemas capitalistas e que a mecanização (“capital intensiva”) é uma via para tanto. Em resumo, quando os produtores operam em ramos propensos à concentração de capital podem encolher seu perfil de empregadores.

Considerando que o artigo aponta efeitos contraditórios do desenvolvimento tecnológico, cabe recuperar o momento histórico em que a valorização da inovação foi um dos fatores do avanço da ciência no século XVII, tornando-se uma ideologia consagrada nos próximos séculos. A recorrência do termo “novus” em publicações exprimia “as exigências, inquietações e insatisfações de uma época sensível à insuficiência dos modos tradicionais de formação do homem” (Rossi, 1989, p. 67). Os textos de artesãos e engenheiros do século anterior defendiam uma versão rudimentar daquilo que viria a ser o progresso científico, brandindo a glória de Deus e a utilidade pública. Como reconhece Rossi (1989, p. 68), o advento do capitalismo e da concorrência econômica permitiu que o trabalho técnico fosse justificado por finalidades bem diferentes. Da década de 1940 vem o alerta de Polanyi (2012, p. 39) de que “A crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica”, o qual consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, pois o mercado tem efeitos destrutivos e a sociedade deve ser protegida. Porém, justamente ao agir para estabilizar as disfunções do sistema, o Estado se distancia de finalidades práticas que interessavam diretamente ao cidadão e, neste processo, os interesses sociais confundem-se com aqueles do sistema de acumulação (Dupas, 2012, p. 94).

1. FABRICANTES, TEARES, LÃ E SINTÉTICOS

No passado riograndense não se desconheciam instrumentos, técnicas e aperfeiçoamentos. Pioneira na produção de tecidos de lã no Brasil e primeira indústria têxtil do Rio Grande do Sul, a empresa Rheingantz e Vater, fundada em 1873 na cidade de Rio Grande, já em 1875 importava máquinas da Europa, diversificando a produção (Vogt, 2003, p. 79). Pelos seus investimentos diretamente no setor primário, a empresa destacou-se como exemplo de organização industrial para a época: “Tanto que foram adquiridos campos e rebanhos, além de terem sido importados reprodutores da Inglaterra. Também se contratou um técnico ovinotecnista inglês, a fim de desenvolver e aperfeiçoar a criação de ovelhas” (Vogt, 2003, p. 80).

As fábricas de Rheingantz estão no cômputo de Singer (1968, p. 183) quando considera que o Rio Grande do Sul esteve nas origens da industrialização do país. O clássico estudo deste economista sobre Porto Alegre e outras cidades industriais reúne interpretações sobre a industrialização do estado como um todo. Seu argumento é que houve um ingresso de produtos importados, já no início do século XX, tais como tecidos de algodão, viaturas, artigos de ferro e aço, adquiridos com divisas decorrentes da participação do Rio Grande do Sul no mercado interno nacional (Singer, 1968, p. 169-170). Para o autor, paulatinamente ocorreu a substituição destes artigos importados por produtos manufaturados localmente.

A política do Encilhamento, no início do regime republicano, buscou uma substituição das importações, aplicando uma tarifa mais protecionista para limitar importados (Singer, 1968, p. 173). É neste momento que ocorre um surto industrial em Porto Alegre. Contudo, a seguinte oportunidade de freio às importações, a Primeira Guerra Mundial, não teria sido aproveitada no Sul, pois produtos oriundos de Rio de Janeiro e São Paulo ocuparam este espaço, favorecidos pela ligação ferroviária entre o Rio Grande do Sul e regiões centrais do país (Singer, 1968, p. 178, 181). Por sua vez, o Sudeste, já no final do século XIX, investiu capitais no ramo do vestuário, com fábricas de tecidos de algodão instaladas em São Paulo por cafeicultores ou com participação destes (Suzigan, 1986, p.146).

Um exemplo do uso de tecnologia na primeira metade de século XX está na indústria têxtil da zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul, cuja descrição do maquinário existente em 1937 explicita que a indústria da lã produzia fios e tecidos de diferentes tipos: dezenas de teares, milhares de fusos para fio cardado, penteado e retorcido, máquina de lavagem de lã, estufas, tanques de tinturaria e unidades de acabamento de tecidos (Herédia; Fontana, 2018, p. 105).

A partir dos anos 1960, esta indústria da lã, assim como a do algodão, sofreria uma concorrência agressiva dos fios e tecidos artificiais e, principalmente, sintéticos, produzidos em regime de quase monopólio por grandes empresas do Sudeste desde a década de 1930 (Suzigan, 2000. p. 348.). O clima frio do sul do Brasil preservou apenas parcialmente os produtos de fibra animal, pois logo apareceu a lã sintética. As fábricas de produtos sintéticos concentravam maquinários, capitais e seus fios e tecidos eram vistos como sinal de modernidade (Bonadio, 2005, p. 82). Assim, na conjuntura das décadas de 1960 e 1980, a concorrência capitalista mais agressiva a alguns produtos do Rio Grande do Sul vinha de empresas nacionais ou estrangeiras instaladas no sudeste do país. Em uma entrevista ao jornal Zero Hora, para uma edição especial sobre os anos 1980, Walter Nique, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, afirmou que o estado brasileiro, seguindo teses de Milton Friedman⁴, reproduziu o modelo imperialista centro-periferia dentro do país, acentuando estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro⁵.

Em novembro de 1982, a Rhodia, a grande produtora de fios sintéticos do país, junto com “fiações expositoras” promovem um evento (Coleção Moda Fio) no Hotel Plaza São Rafael em Porto Alegre, direcionado a tecelagens e malharias, para apresentar as tendências da estação Primavera-Verão 83/84⁶. Entre as fiações parceiras estava o Lanifício Kurashiki, propriedade de imigrantes japoneses, que, na década de 1970, estava instalado em Sapucaia do Sul, produzindo fios de lã a partir da matéria-prima local, e empregando em torno de 400 operários⁷. Em paralelo, Kurashiki comercializava fios sintéticos com uma intensa propaganda em periódico da cidade de Caxias do Sul, onde se localizavam as principais malharias do estado. Desde 1964 o jornal O Pioneiro anunciava um Depósito de Lãs da firma Kurashiki, instalado na cidade; e, em 1965, oferece, para malharia e tricô, lãs que constituem “um produto de esmerada técnica japonesa para a moda brasileira”⁸. No ano seguinte, o Lanifício Kurashiki comunica aos clientes o lançamento de fios para malhas “Cashimilon”, uma fibra 100% acrílica, importada do Japão.⁹

Esta presença de fios e tecidos originados de fibras produzidas por processos especializados e vendidas com propaganda intensiva teve efeitos no mercado regional, sendo a dificuldade de pagamento destas matérias-primas um motivo de falência nos anos 1970 e 1980 (Weber, 2024). Contudo, a última década do século traria impactos ainda maiores.

2. ABERTURA PARA O MUNDO: O ESTADO IMPACTA A SOCIEDADE

Na década de 1990 ocorre uma abertura econômica no Brasil, que afeta vários ramos produtivos, e o fim do Acordo Multifibras, que atingiu diretamente o ramo têxtil. Como pode

4 Nas décadas de 1970 e 1980, as ideias e ações de Friedmann estavam presentes em governos como os de Augusto Pinochet, Ronald Reagan, Margaret Thatcher e George W. Bush (Milton Friedman, vencedor do Prêmio Nobel de Economia, morre aos 94. *Folha Online*, 16/11/2006).

5 Maria Isabel Hammes, Economia, Brasil: estagnado e contraditório, *Zero Hora*, n. 8885, 01/01/1990, Anos 80: A era do domínio (caderno especial), p. 10.

6 Coleção moda fio. Primavera Verão 83/84, *O Pioneiro*, Ano 1982, Ed. 00011B, p. 3.

7 Migrantes japoneses no Brasil. *O Pioneiro*, Ano 1971, Ed. 00036 Especial, p. 2.

8 Recebi atencioso brinde de Kurashiki depósito de lãs, *O Pioneiro*, 15/08/1964, Ed. 00040, p. 8; Lã 2/32 e cintilante para malhas, *O Pioneiro*, Ano 1965, Ed. 00003, p. 12.

9 Lanifício Kurashiki do Brasil S.A [propaganda], *O Pioneiro*, Ed. 00029, 04/06/1966, p. 19; Cashimilon, Fibra Acrílica 100%, *O Pioneiro*, Ano 1966, Ed. 00040, p. 15.

ser visto abaixo, o fim do Acordo Multifibras poderia beneficiar países como o Brasil. Contudo, ele foi substituído, após uma etapa transitória, pelas regras de comércio da Organização Mundial do Comércio, entidade que regula práticas internacionais de comércio, mas defende a liberalização do mesmo, pauta para a qual o Brasil não estava preparado:

As regras especiais a que o setor têxtil foi sujeito com o estabelecimento do Acordo Multifibras (AMF) vigoraram entre os anos 1974-1994. Este acordo previa o estabelecimento de quotas sobre as exportações de países em desenvolvimento, quando elas representassem um grave prejuízo para a indústria nacional do país importador. A partir de 1995 até 2004, passou a vigorar o Acordo de Têxteis e Vestuário (ATV), com o objetivo de eliminar gradativamente este sistema de quotas impostas para os países em desenvolvimento e integrar o comércio de têxteis às regras da OMC. A partir de 2005, então, passou a vigorar a liberalização no comércio mundial do setor têxtil (Celestine, 2007, p.15).

Com o fim das cotas previstas no Acordo de Têxteis e Vestuário, o Brasil passa a ter a oportunidade de comercializar com os países mais avançados. Contudo, passa também a concorrer com outras nações no mercado externo (Celestine, 2007, p.19).

O que é chamado de “abertura econômica” no Brasil, refletiu fatores externos, mas estava no bojo de busca de soluções para problemas internos. Recuperando o quadro histórico, eventos econômicos mundiais da década de 1970, parcialmente relativos ao preço do petróleo, favoreceram que o Brasil entrasse na década de 1980 em recessão; e a dívida externa também contribuiu para que dificultar a inovação pela importação de novas tecnologias (Lancerotti, 2023 p. 3-5). O governo da “Nova República”, que assume em 1985, não consegue estancar a inflação, que se fazia acompanhar do desemprego; além disso, suas ações, de desvalorizar o câmbio e manter protecionismo com barras à entrada a produtos importados, são avaliadas como uma comprovação do atraso tecnológico da indústria brasileira (Lancerotti, 2023, p.7-8).

Só em 1988 apareceram decretos para uma nova política industrial, entre eles o que isentava ou reduzia o imposto de importação de produtos industrializados; porém, é no governo eleito, que assume em 1990, que a liberalização do comércio exterior se efetiva, sem que, por outro lado, o governo Collor tenha conseguido implementar uma política industrial no país (Lancerotti, 2023, p. 9, 12). A conjuntura inflacionária do país arrefeceu durante o Plano Verão do governo Sarney (1989), mas retornou após o fim do congelamento. Neste contexto, é compreensível a avaliação de um comentarista no jornal O Pellegrino, de Caxias do Sul: “a abertura do país ao exterior, necessária, não foi inteligente e realizada em tempo de recessão”¹⁰.

A liberalização comercial, que, entre outras medidas, reduziu a tarifa média sobre produtos importados de 32% em 1990 para 11% em 1994, se baseava na hipótese de que a liberalização indiscriminada das importações aumentaria a competitividade da indústria nacional (Emery, 2007, p. 86). O resultado foi dramático: “Grande número de empresas, principalmente as pequenas e as médias, viram suas vendas e seus lucros reduzirem-se de forma drástica com a entrada dos produtos importados” (Keller, 2010, p. 106).

De um modo radical, o Brasil abandonou a política desenvolvimentista e protecionista e adotou o neoliberalismo. Este projeto não pôs o interesse dos produtores brasileiros em primeiro plano, e, em última instância, foi benéfico a outros países (Emery, 2007, p. 182). Muitas empresas da indústria têxtil fecharam nesse período, outras, com recurso de mecanização e reorganização tiveram aumento de produção na década 1990-1999; o efeito correlato foi a redução do número de trabalhadores do setor que chegou a 40% (Emery, 2007, p. 183). A pressão política devido à crise levou a cotas de importação e auxílio à indústria, que efetivamente voltou a crescer, porém o mesmo não se deu com os empregos.

10 Queda de empregos no setor eletroeletrônico para os tigres asiáticos, *Folha de Hoje*, Caxias do Sul. Ano 1993. Ed. 01094, p. 12.

É importante destacar a interpretação do autor: as pequenas indústrias ficaram com o ônus da abertura comercial, e as grandes empresas que sobreviveram foram as beneficiadas nesses movimentos (Emery, 2007, p. 171). A abertura do mercado brasileiro a produtos externos mais baratos tornou a cadeia têxtil deficitária, atingindo principalmente os pequenos produtores; por outro lado, algumas empresas, principalmente pela aquisição de maquinário mais moderno no exterior, conseguiram enfrentar o aumento da competitividade, o que contribuiu para promover a concentração produtiva.

E como estaria o Rio Grande do Sul neste quadro de transformações? Observamos a seguir o que acontecia em empresas de diversos tamanhos e a reação dos poderes públicos e da imprensa, tendo em mente que, em termos numéricos, os estabelecimentos menores eram muito presentes. Por exemplo, ao falar das malharias concentradas na Região Nordeste do estado, o presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharias desta região estima que existam 420 empresas do setor, “predominando as de médio e pequeno porte”¹¹.

A falência do antigo Lanifício Sehbe em 1990, que veio a ser assumido por funcionários que fundaram a Cooperativa Têxtil de Galópolis (Cotegal), é atribuída à falta de planejamento da política econômica do país, além do clima, pelo seu antigo proprietário, Alfredo Sehbe. No relato, existem dois tipos de importação: a atual, permitida de modo abrupto e sem regras, e uma outra, que poderia ter favorecido a importação de máquinas, mas que não ocorreu:

O país passou muito tempo sem propiciar que os empresários buscassem a modernização de seus parques fabris. O governo criou até barreiras de importação. No governo Collor resolvemos ingressar na tal globalização e que depois veio sendo seguida com maior ênfase pelos governos posteriores. Só que deveríamos ter, com uma pequena antecedência, tido condições iguais, principalmente tecnológicas, para poder competir e isso não aconteceu. O resultado disso foi desastroso. Mas não foi o fator preponderante. Tivemos outras dificuldades internas.

O Brasil abriu as portas para as importações e congelou o câmbio. Isso resultou em uma concorrência desleal. O segmento têxtil no Brasil, depois da globalização, fechou mais de 50% de suas empresas. Com o encerramento das atividades de grandes clientes do lanifício, como as Casas Pernambucanas, por exemplo, perdemos grandes clientes. Nossos fornecimentos institucionais sofreram elevados atrasos de pagamento devido à dívida interna do governo e os invernos de 1997 e 1998, sem frio, que prejudicaram a alta safra. Tudo isso contribuiu para a crise no Lanifício.¹²

Na mesma época, o Lanifício Gianella Ltda também pediu falência. Em entrevista, o antigo proprietário lembra que o grupo, formado por lanifício, fiação e confecção, chegou a ter mil empregados: “Sofremos, primeiro, com o surgimento da tecnologia da fibra sintética. Depois veio o governo Collor e mergulhamos na crise, com a abertura das importações. Fomos obrigados a pedir falência em 1992”.¹³

Em outubro de 1991, o jornal estadual Zero Hora traz uma avaliação de profissionais do ramo têxtil, mais especificamente do setor de malhas, concentrado no nordeste do estado. O presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Malharias da Região Nordeste (FITEMASUL) também responsabiliza a política econômica, neste caso, os impostos, pelos prejuízos:

Involuímos em 1990 e 91. As dificuldades começaram em 1990, com as alterações da economia. Fomos atingidos logo de início porque fazemos um produto de uso direto do consumidor, que está com seu salário achatado há dois anos e conseqüentemente perdeu o poder de compra. Por outro lado, houve, nesse período, um aumento de impostos e taxas, que passaram a significar

11 Malharias esperam repetir resultados, *Zero Hora*, n. 9554, 30/10/1991, Região Nordeste, p. 6.

12 Cooperativa, mais Motivos do lanifício falir, *Caxias Notícias*, Ano 1999, Ed. 00071, p. 15.

13 Entrevista antigo dono lanifício, *O Pioneiro*, Ano 2000, Ed. 07790, p.40.

entre 45 e 47% do preço final de venda do produto. Antes do governo Collor, estavam ao redor de 38 a 40%”, diz.¹⁴

Em 1993, o mesmo dirigente sindical leva uma carta ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, denunciando “dumping” no setor, pois artigos têxteis estão sendo importados dos chamados “tigres asiáticos”, a preços inferiores aos praticados no Brasil¹⁵. A dissertação de Denise Bordin Roos confirma que “produtos em malharia retilínea oriundos da Ásia entravam no país com preços abaixo dos valores praticados no mercado internacional”, e foi apenas a partir de 1998 que o governo brasileiro passou a tributar os produtos asiáticos com base nos preços do mercado internacional, o que favoreceria a recuperação e crescimento da malharia gaúcha (Roos, 2001, p. 54).

Em nível nacional houve vários movimentos dos representantes têxteis em função da proteção do setor. Uma destas ações foi a Carta de Brasília quando, em 1995, empresários e trabalhadores do setor, além de políticos de vários estados, lotaram o auditório do Senado, para pedir ao governo medidas de proteção contra os produtos têxteis importados da Ásia, Coréia e China com o slogan “Corta essa, Brasil não importe falência e desemprego para o setor têxtil nacional”.¹⁶

Fabricantes gaúchos, principalmente da região de Caxias do Sul, reagiram aos efeitos das medidas governamentais. Em 1996, O Deputado Wilson Cignachi (PMDB) mencionou, além do desemprego:

a crise na agricultura, nos setores calçadistas, têxtil, das micro e pequenas empresas, a defasagem cambial com as importações superando as exportações, e o déficit público como “problemas gravíssimos e que não podem continuar, pois é necessário que se tome alguma medida e urgentemente” [...]

O deputado entende que deve ser proibida a importação desenfreada, que os juros devem ser menores e que deve haver estímulos fiscais e creditícios para estimular a produção, tanto para o mercado interno como para a exportação.¹⁷

A Universidade de Caxias do Sul implantou o curso de graduação de Tecnologia em Moda e Estilo em 1992 para capacitar o setor de confecção a “competir no mercado internacional, pois as empresas estarão falando a mesma linguagem do mercado global” (Ross, 2001, p. 47-48). E, no final da década, em 1998, criou “um curso de especialização em moda para qualificação de docentes e para profissionais da comunidade atuantes em moda”.¹⁸

Vejamos algumas estratégias vivenciadas por produtores, através da reportagem “Malharias gaúchas jogam com qualidade e estilo”, de 1991, que entrevistou cinco fabricantes de perfis diferentes. As malharias instaladas há mais tempo e que haviam comprado equipamentos mais sofisticados (“tear eletrônico da Alemanha”) ficaram com contas a pagar, mas com máquinas que produzem a menor custo. Duas são as iniciativas mais citadas para driblar a crise. A primeira é referida pelos termos “criatividade” ou “produto diferenciado”, que pode ser um contato mais estreito com o cliente (revendedor), o uso de fio importado (italiano) ou a mistura de fios coloridos. A segunda, e provavelmente mais eficiente, mas não acessível a todos fabricantes, é direcionar para um público de maior poder aquisitivo, como vemos na reportagem com dois proprietários:

O diretor da malharia Stumpf, de Caxias do Sul, Aldenir Stumpf, revela que, enquanto os

14 Malharias esperam repetir resultados, *Zero Hora*, n. 9554, 30/10/1991, Região Nordeste, p. 6.

15 Dumping no setor têxtil advindo dos Tigres Asiáticos, *Folha de Hoje*, Caxias do Sul, Ano 1993, Ed. 01195, p. 21. Sobre a relação entre os fabricantes e o sindicato, ver Roos (2001, p. 41, 89).

16 Têxteis criam Carta de Brasília, proteção econômica, *O Pioneiro*, Ano 1995, Ed. 06138, p. 65.

17 *O Peregrino/ Pellegrino*, Ano 1996, Ed. 00128, p.11

18 Novo curso com base nas necessidades do mercado, *Gazeta de Caxias*, Ano 1998, Ed. 00206, p. 6.

concorrentes procuram fazer um produto mais barato, sua empresa busca uma produção de alto nível, destinada à classe A, onde os afortunados consumidores não são atingidos pela crise.

O mesmo está fazendo a Katalu Malhas, também de Caxias. A proprietária Angela Vanin Lazzaretti diz que ser diferente é oferecer um produto caro. “O consumidor compra porque tem dinheiro, porque gosta, e não porque precisa de um agasalho”, pondera.¹⁹

Antecipando o tema do último tópico, que demonstra os limites das opções dos pequenos fabricantes, pontua-se que mesmo algo que parece simples, como uso de fios coloridos, dependia da posição do agente na cadeia têxtil. Uma proprietária de uma pequena malharia familiar conta que “Até uma época vinha um caminhão, cheio de fios. Nós entrava e lá e escolhia as cores que a gente queria. Era muito prático. [...] E agora assim a gente tem que comprar a caixa fechada. Às vezes tem cores que tu nem ocupa mais”.²⁰ O fornecedor determina o modo mais lucrativo de venda da matéria-prima, o que acaba limitando a opção de cores pela fabricante.

Como vimos, algumas empresas conseguiram adequar-se à situação e reagir através da aquisição de equipamentos importados²¹, aumento da qualidade do produto, decréscimo do custo (em parte decorrente da mecanização), fios adequados ao clima quente (primavera-verão). Por sua vez, a possibilidade de adquirir teares eletrônicos da Alemanha, Itália, Japão, Taiwan, levou ao fechamento das fábricas nacionais destes equipamentos (Roos, 2001, p. 53). Em síntese, algumas empresas estavam em condições de importar novos elementos do ciclo produtivo, e estes casos, no Sul ou no Sudeste, influenciaram as interpretações acadêmicas comentadas no próximo tópico.

3. A LEITURA ACADÊMICA

Além de políticos, dirigentes sindicais e imprensa, a situação nacional e internacional provocou reflexões acadêmicas em todo o país, materializadas em artigos, dissertações e teses. Em geral, as abordagens se voltavam para questões amplas, como a estrutura econômica do país e o papel do Estado. Quando tratavam especificamente da questão têxtil, o recorte eram os setores fabris de maior envergadura.

Roberto Calazans, pós-graduando em Economia e professor universitário, escreveu uma série de artigos sequenciais no jornal *O Pioneiro*, de Caxias do Sul. Num deles, em meio aos efeitos do Plano Collor em 1990, defende reformas estruturais (política, industrial, urbana agrária).²² Em outro, questiona “a mídia eletrônica em geral, os empresários e políticos” por exercitarem “seus discursos acerca da falsa questão: liberalismo versus estatismo”, o que seria uma postura ideológica que desviaria “dos reais problemas nacionais”.²³

A preocupação com a competição se tornou onipresente e aparece mesmo em autores concentrados nas Médias e Pequenas Empresas (MPEs). Em sua dissertação de mestrado em economia, Luiz Antônio da Silva estudou empresas de indústria, comércio e serviços em uma cidade de Goiás, quando já havia decorrido uma década de existência de um mercado aberto, e concluiu que era necessário adaptar-se à “acirrada concorrência”, com competitividade, investimento e constante performance:

19 Malharias gaúchas jogam com qualidade e estilo, *Zero Hora*, n. 9554, 30/10/1991, p. 20.

20 SS, entrevista em 15/10/2020, Ijuí/RS.

21 “A Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul informou a prorrogação do prazo de isenção do ICMS para a importação de máquinas e implementos sem similar no mercado nacional até o final do ano 1994” (Isenção de impostos, *Folha de Hoje*, Ano 1994. Ed. 01362, p. 24).

22 R. Calazans, A economia do senso comum, *O Pioneiro*, 24.07.1990, Ed. 04584, p. 2.

23 R. Calazans, A Política Industrial e o longo prazo III, *O Pioneiro*, Caxias do Sul, 17/08/1990, Ed. 04605, p. 2.

Na era globalizada, a acirrada concorrência exige um tremendo esforço das empresas no sentido de superar-se, tal a magnitude das exigências impostas pelo mercado. Conceitos como missão, decisão, planejamento e estratégia passam a ser atributos exigidos no dia-a-dia. A forma para melhorar a competitividade é através de investimentos em todos os setores para recuperar e melhorar a performance empresarial, o que nem sempre é possível, mesmo com consciência da necessidade, principalmente por parte das MPEs (Silva, 2001, p. 21).

Esta visão de que “nem sempre é possível” é mais rara entre os analistas, como se o discurso acadêmico tivesse sido igualmente impactado pelos acontecimentos e reagiu alimentando expectativas teóricas sobre o adequado caminho para o sucesso empresarial. O potencial para a competição aparece em pesquisas acadêmicas como um parâmetro para avaliar as empresas fabris. Por exemplo, em um estudo dos efeitos do aumento acentuado das importações de produtos têxteis e de vestuário, principalmente a partir de 1994/1995, entre pequenas e médias empresas de Santa Catarina, Hoyêdo Nunes Lins classifica estas empresas em três grupos principais de “trajetórias competitivas”: 1) um grupo majoritário (39%) escassamente competitivo, em situação frágil; 2) um terço em situação positiva, que investiu na modernização tecnológica e organizacional; e 3) um grupo intermediário (Lins, 2000). Na sequência são analisados outros aspectos da competitividade e da produtividade relativa ao setor têxtil.

Já em 1993, o Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), promoveu um Estudo sobre a Competitividade da Indústria Brasileira coordenado pelo Instituto de Economia da Unicamp, Instituto de Economia Industrial da UFRJ, Fundação Dom Cabral e Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX). A análise da competitividade da indústria têxtil ficou a cargo de Odair Lopes Garcia (Departamento de Economia da UFRN). O texto foca em dados gerais, distinguindo alguns setores, como o algodoeiro. A *best practice* internacional serve de parâmetro para apontar a defasagem tecnológica da indústria têxtil nacional: transporte manual de matérias-primas e produtos; pouca incidência de misturadores automáticos de fibras; produção média por carda de 16 kg/h (as cardas mais modernas produzem até 65,6 kg/h); filatórios, teares e maquinários complementares desatualizados; inspeção visual ao invés de uso de dispositivos microeletrônicos (Garcia, 1993, p. 6). O foco da análise tende a direcionar-se para os maiores produtores, os mais capazes a fazer frente à importação de produtos similares, desde que superassem a carência tecnológica, pois “as grandes empresas têxteis brasileiras, que geralmente fazem parte de grandes grupos econômicos, não encontram muitos obstáculos para se expandir no mercado interno e externo” (Garcia, 1993, p. 8). Num ponto o relatório expressa opinião similar a fabricantes e representantes públicos: “A complexidade e abrangência do sistema tributário concorre para a redução da competitividade da indústria, particularmente os que incidem em cascata sobre a produção” (Garcia, 1993, p. 87).

A dissertação na área de engenharia de Carlos Alberto Contador também se propõe a avaliar “competitividade”, neste caso de empresas têxteis do polo industrial de Americana que formam um cluster, um “conjunto de empresas que formam um todo integrado para competir com empresas fora do cluster ou com outro cluster” (Contador, 2004, p. 18). O acirramento da competição internacional e a “crescente desgravação tarifária” são dadas como inelutáveis pelo autor, mobilizado pela história recente da região que, sendo o principal polo produtor de tecidos sintéticos e artificiais do país, sofreu a concorrência dos tecidos asiáticos a partir de 1990 (Contador, 2004, p. 11). A solução proposta transforma a produção fabril num contínuo pugilato:

Arma da competição é um conjunto específico e delimitado de técnicas, ferramentas, ações, procedimentos e métodos, adotado por uma empresa, que contribui para um dado fim, ou seja, conjunto de causas que concorrem para a conquista e sustentação de vantagem competitiva num dado campo da competição (Contador, 2004, p. 37).

Paulo Keller, em sua tese de sociologia defendida em 2004 na UFRJ, observa que o início do novo milênio é um período de expansão para o setor têxtil brasileiro, decorrente de estratégias mais “ofensivas”, maior produtividade, superávit na balança comercial do setor, novas parcerias com as agências estatais e combate ao comércio desleal. O autor pontua que esta expansão também ocorreu porque os setores têxtil e de confecção brasileiros fizeram “duramente seu ‘dever de casa’”, qual seja: “seu ajuste estrutural ao novo cenário competitivo (basicamente, modernização do parque industrial e implementação de políticas de redução de pessoal empregado) garantindo maior produtividade” (2010, p. 126).

A Dissertação de Nilzeth Neres Gusmão em Engenharia de Produção, igualmente é sobre a indústria têxtil do estado de São Paulo, mas com foco nas pequenas e médias empresas, e, especificamente, sobre a aplicação de princípios de qualidade na cadeia têxtil (tecelagem, beneficiamento e confecção). Ao constatar que existe uma conscientização para a qualidade de produtos e serviços, mas que esta não se dá de modo estruturado, Gusmão (2008, p. 105) reconhece que talvez falte incentivo e tempo hábil para estas empresas, contudo insiste que falta uma “filosofia organizacional voltada para a qualidade por parte das empresas pesquisadas”. Sobre o maquinário, a autora repete a constatação de que máquinas devem ser eliminadas com frequência:

Em relação ao tempo de uso da mesma tecnologia, a maioria das respostas apontam para prazos de 5 a 15 anos de uso e apenas uma das empresas tem intenção de substituir algumas máquinas por outras com maior capacidade de produção, o que caracteriza pouca ou nenhuma mudança tecnológica no setor. Tecnologia ultrapassada pode ativar ou destruir competências numa fábrica [...]. Isso sugere um risco que as pequenas e médias empresas correm, de se tornarem ultrapassadas em seus processos e sofrerem concorrência predatória de empresas de maior porte que atuem no setor com tecnologias mais modernas (Gusmão, 2008, p. 96).

Um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFRGS, de 2016, questiona as resistências à internacionalização das empresas brasileiras, amparado na “tendência” da economia globalizada: “Em setores muito competitivos internacionalmente, empresas que não investem no mercado exterior, acabam sendo ‘engolidas’ pelas multinacionais e, posteriormente, sendo compradas por estas” (Faria, 2016, p. 42).

Um estudo para a década de 1990 no Rio Grande do Sul, feito por economistas docentes da PUCRS (Scherer; Campos, 1996, p. 205), caracteriza a cadeia têxtil-vestuário, no competitivo cenário da década, como portadora de “sérias deficiências”: não há internalização de todas as atividades do complexo têxtil, por exemplo, a fabricação de fibras têxteis sintéticas e artificiais é pouco expressiva e, em decorrência, fiações e tecelagens processam principalmente fibras adquiridas; nas malharias predominam as retilíneas pesadas, confecção menos diversificada; empresas de menor porte. Os autores reconhecem que o clima é responsável pelo uso da fibra de lã, diferenciando o Rio Grande do Sul do país como um todo, onde o algodão predomina no vestuário, mas apontam que a lã está perdendo importância desde a década 1980 (Scherer; Campos, 1996, p. 191-192).

A dissertação de Roos também se ocupa da competitividade, com foco no setor industrial de malharia retilínea de Caxias do Sul e, mais especificamente, observando sua relação com o modelo teórico do “distrito industrial” desenvolvido na Europa do Arco Alpino (Roos, 2011, p. 7, 13): “A cooperação entre as empresas que integram o distrito industrial é uma forma de assegurar a sua sobrevivência no cenário econômico globalizado, garantindo à sociedade a um desenvolvimento sustentável” (Roos, 2011, p. 14). Contudo, na prática, a autora constata que na indústria de malharia retilínea de Caxias do Sul existem apenas algumas formas de cooperação, havendo potencial para uma maior troca de conhecimento (Roos, 2011, p. 92).

O estudo de Piccinini et al. investigou inovações sócio-organizacionais, além das

tecnológicas, no setor têxtil-vestuário do Rio Grande do Sul neste século. Através da flexibilização da força de trabalho, meio de alcançar maiores níveis de competitividade, algumas atividades foram terceirizadas ou passaram a contratos temporários; outras unidades adotaram a subcontratação com utilização do trabalho a domicílio, o que ocasionou evasão de impostos e de encargos sociais, além de precarização das condições de trabalho (Piccinini et al., 2006, p. 358, 362). Justamente porque “com a difusão da microeletrônica, as empresas necessitam habilidades mais complexas de seus trabalhadores” os autores entendem que falta investimento em capacitação da mão-de-obra (Piccinini et al., 2006, p. 368, 371).

A partir deste ponto questiona-se algumas ideias acima expostas. A defesa da competitividade é plausível, mas, se uma competição acirrada leva à concentração, isso significa que a solução proposta também irá eliminar produtores do ramo. Estamos falando da fabricação de um produto básico, egresso da produção doméstica. Parte da sofisticação tecnológica da indústria têxtil está associada ao surgimento de fibras derivadas de petróleo, resistente ao manejo, à luz e à água (tecidos impermeáveis), méritos cuja contrapartida são a carência de sintonia com a pele humana e com o ambiente.

Como vimos, fibras acrílicas estavam sendo introduzidas no seio das malharias gaúchas desde os anos 1960. E, justamente para evitar a importação dos “tecidos técnicos”, um industrialista local, Kalil Sehbe, defendia o aprimoramento tecnológico um pouco antes dos primeiros decretos da abertura econômica.²⁴ Uma das empresas da família deste fabricante irá falir na década seguinte em função das mudanças cambiais do país. Usar fibras sintéticas passa a ser considerado uma modernidade positiva inquestionável e práticas culturais antigas, como o uso da lã no Rio Grande do Sul, parecem ultrapassadas. Keller (2010, p. 106), falando do Brasil como um todo nos anos 1990, considerou significativa a importação de poliéster, náilon e acrílico, pois desviava de um certo monopólio de empresas do setor químico no Brasil que dominavam o mercado e praticavam preços bem acima do mercado internacional.²⁵ O aumento do consumo de confecções sintéticas e a baixa do consumo da lã, a par de seus benefícios ou desvantagens efetivas, não podem ser dissociados das malícias do mercado, entre as quais a manipulação das tendências de consumo (Bonadio, 2005).

Na citação de Gusmão temos relato de empresários que não pretendiam substituir máquinas. A autora aponta que esta atitude é um risco, porém, como veremos abaixo, a aquisição de uma máquina também pode ser arriscada para um pequeno produtor. Ademais, se a tecnologia se altera com muita rapidez, como garantir o tempo de uso da máquina nova? As máquinas antigas continuavam em operação e pode-se cogitar que há resistência cultural a se desfazer de um bem ainda produtivo.

Este raciocínio, de que máquinas devem ser trocadas continuamente, contaminou até o representante sindical do FITEMASUL. Em entrevista para a imprensa, ele conta que entre os anos 1987 e 1989 ocorreu um processo de modernização que permitiu a importação de máquinas sofisticadas, tanto por grandes como por pequenas empresas: “Mas, de 1990 para cá, com a redução das vendas, ‘a modernização ficou para segundo plano’”.²⁶ Entre o lá e o cá se passaram poucos anos.

Grandes empresas, assim como grandes soluções, estão na base da sugestão de internacionalização proposta por Faria (2016, p. 50), que cita empresas brasileiras que estão operando (comércio) no exterior com um “modelo de negócio destinado às classes A e B, produtos de maior qualidade e formato de lojas menores”. Algumas empresas, principalmente do Sudeste, passaram a desenvolver suas coleções de moda, em vestuário de malha retilínea, diretamente na Ásia (Roos, 2001, p. 53).

Do ponto de vista de malharias de menor porte, a própria exportação poderia não ser

24 *O Peregrino/ Pellegrino*, Ano 1987, Ed. 00002, p. 10.

25 O autor também informa que houve importação de matérias-primas da cadeia produtiva do algodão, causando decréscimo na produção do algodão nacional no início dos anos 1990 (Keller, 2010, p. 106).

26 Malharias esperam repetir resultados, *Zero Hora*, n. 9554, 30/10/1991, Região Nordeste, p. 6.

uma contrapartida ao mercado interno pouco aquecido: “As malharias são, em sua maioria, pequenas e, assim, não têm poder de barganha junto aos compradores. Além disso, para que se tornassem competitivas no mercado internacional, seria preciso que os custos internos fossem menores”.²⁷ O próprio Mercosul não foi visto como uma alternativa, pois na Argentina haveria malharias com maquinário mais atualizado, pois “naquele país, as taxas e impostos são menores”.²⁸ O Mercado Comum do Sul surgiu em 1991, estabelecendo “A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias”.²⁹

É a *best practice* que garante a permanência e o sucesso da empresa? Vejamos o exemplo da empresa Renner, considerada por Faria (2016, p. 50) como um processo de internacionalização bem-sucedido. Tendo surgido na segunda década do século XX no Rio Grande do Sul, torna-se Lojas Renner S/A em 1965, e em 1998 o controle acionário é transferido para J. C. Penney, uma das principais redes de lojas de departamentos dos Estados Unidos. Em 2005, todas suas ações são colocadas na bolsa B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), tornando-se uma Corporação. Nestas mutações mais recentes, que introduziram gestões internacionais, o nome Renner e a memória histórica da empresa são mantidos, pois elementos simbólicos também são negociáveis, mas não é mais a mesma empresa.³⁰

4. FALÊNCIA E RESISTÊNCIA

Neste tópico, vamos nos aproximar do cotidiano de pequenos produtores para observar seus movimentos em uma situação econômica pouco confortável. As fontes para tanto são depoimentos e processos de falência, cotejadas com reportagens e produções acadêmicas.

Destacando a situação inflacionária do ano de 1991, uma pequena nota na imprensa divulga que a indústria têxtil vai reajustar os preços com deflação, pois aplicará aos preços apenas 75% da inflação do mês anterior.³¹ Já na reportagem “Pequena confecção diversifica para vencer recessão” a narrativa traz outras circunstâncias: 1) a perda de espaço para a confecção ante a roupa “pronta”; 2) o poder dos fornecedores de matéria-prima (tecidos) em estabelecer os termos do negócio; 3) as estratégias para continuar em atividade, com fabricantes desdobrando-se em comerciantes ou, 4) por fim, deixando de ser fabricantes:

Exaustos com os constantes aumentos no preço dos tecidos e os prazos de pagamento cada vez mais encolhidos, os proprietários ainda são surpreendidos com os preços de peças prontas à disposição no mercado. “Enquanto o metro de tecido é adquirido por Cr\$2.300,00, uma bermuda pronta é vendida por Cr\$2.500,00”, reclama Sócrates Hagi Frantzeski. Dono da Brasil Boreal, ele decidiu mudar a estratégia [...] vender os produtos no local da fábrica e acabar [com] a entrega para outras lojas. [...] Há mais de um ano a empresa opera com ociosidade e, dos 25 funcionários anteriores, sobraram apenas seis.

Omar Ballestrin Outeiral, [...] há quatro anos administrando a confecção de jeans, optou pela venda direta ao consumidor. [...] E decidiu: vai largar a confecção e ficar só com revenda de jeans, na mesma loja da Azenha.

Muito pequena em comparação às outras, a Camélia - Indústria e Comércio de Confecções, instalada no Passo d’Areia, cancelou as linhas de cama, mesa e banho com bordados, e lançou um mostruário de artigos de verão, principalmente em malha e viscose. São apenas dois

27 Malharias esperam repetir resultados, *Zero Hora*, n. 9554, 30/10/1991, Região Nordeste, p. 6.

28 Id.

29 MERCOSUL. Mercado Comum do Sul, disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos/tratados-protocolos-e-acordos>, acesso em 02/02/2016.

30 LOJAS RENNEN S. A. Nosso ecossistema, 2024.

31 *Zero Hora*, n. 9508, 14/09/1991, p. 20. Sobre o fim do congelamento ver *Zero Hora*, n. 8899, 15/01/1990, p. 21.

sócios, que distribuem a mercadoria para sacoleiras e associações de empregados de empresas da capital. A dupla trabalha com encomendas e alguma coisa para pronta entrega. “Não conseguimos fazer estoque”, explica Rosângela Brandalero, acrescentando que o lucro, “é mínimo”. Os fornecedores cobram praticamente à vista e a margem da empresa hoje está em 20%, registrando o pior ano na vida da confecção”.³²

Processos de falência são fontes que podem revelar com muitos detalhes o cotidiano de empresas, algumas das quais acumulam funções de fábrica e comércio. Os argumentos da parte Ré (falência solicitada por credor, autofalência ou concordata)³³ sempre vão afirmar boas práticas, afastando-se de julgamentos sobre condução falimentar dos negócios, que seria crime, o que não retira o caráter de verossimilhança do relato. Já a lista de bens arrolados são dados bem objetivos, pois sujeita a perícia. Há muitos motivos pelos quais se incorre em falência, e aqueles representados pelas variáveis macroeconômicas podem ser descritos como “externos”: juros, crédito, inflação, crescimento econômico, abertura de novas empresas, política fiscal e carga tributária, câmbio (Mário, 2005, p. 46). Ou seja, mesmo em situações que não são de choque econômico, existem fatores de vulnerabilidade econômica.

Avançando nos anos 1990, a falta de modernização por capacitação tecnológica seria o problema das indústrias têxteis locais? Maquinário diversificado costuma estar entre bens usados para quitar dívidas. Em agosto de 1994, a Brandt Indústria do Vestuário, em dívida com vários credores, abre concordata. No decurso do processo, os bens da empresa são arrolados, com destaque para máquinas: costura reta Singer, Union, máquinas de *overlock* marcas Crawn e Phoner, e costura simples Singer e Elgin.³⁴ Ante a solicitação de execução dos bens da empresa por parte de um dos credores, o banco Banrisul, a credora declara que esta execução a impediria de produzir, provocando sua falência e gerando mais de uma dezena de desempregos.

Na solicitação de autofalência da Bem Me Quer Indústria e Comércio de Confecções e Bordados Ltda., em novembro de 1993, a “violenta redução de suas vendas”³⁵ alegada pelos dois sócios pode ser corroborada comparando o ano de 1992 com o de 1991. Entre os credores estão os fornecedores Central de Aviamentos e Botões (P. Alegre); Eberle S/A (Div. de Componentes Metálicos, Caxias do Sul); Com. e Ind. de Malhas Menegotti (Jaraguá-SC); Caixa Econômica Federal Canoas/RS (empréstimo). Contudo, a dívida maior é com Encargos sociais/fiscais (I. Renda, Contribuição Social, PIS, Cofins, ICMS). Como a firma não adotava escrituração contábil, o síndico recomenda inquérito judicial. Entretanto, a avaliação final sopesa dois fatores: “não se está diante de delitos falimentares graves” e a “instabilidade econômica que assolava o país”.

Em um intervalo de três meses, uma empresa paulista processa dois revendedores gaúchos. No processo de setembro de 1998, a Cia. Fiação e Tecidos Guaratinguetá protesta títulos com vencimentos em 1996 devidos por um comerciante da cidade de Santa Cruz do Sul, que adquiriu cobertores da Companhia. Mostrando envergadura, a autora anexou seus estatutos no processo, indicando sua fundação no início do século (1914).³⁶ Também substabelece um advogado local com sede na capital do estado. Em contraste, o réu alega que pediu registro de microempresa em 1991, que vende “de porta em porta”, sem que tenha loja em ponto fixo para o seu comércio, tendo como sede a própria residência”. O advogado do Réu alega “contingência e situação de toda a nossa ordem econômica e financeira”. O réu oferece um imóvel em cidade próxima, o que não é aceito pela empresa de Guaratinguetá.

32 Pequena confecção diversifica para vencer recessão, *Zero Hora*, n. 9531, 07/10/1991, p. 25.

33 Nos processos citados, mantém-se a nomenclatura jurídica: A= Autor/a, R= Ré, Réu.

34 TJRS/DARQ, Banrisul (A), Brandt Indústria do Vestuário Ltda (R), Cachoeira do Sul. 05/09/1994, F. 3, 11. As informações subseqüentes estão nas folhas 17-18, 4-5 e 56 do processo.

35 TJRS/DARQ, Massa falida de Bem me Quer Ind. Com. de Confecções e Bordados Ltda, Canoas, 1993.

36 TJRS/DARQ, Cia Fiação e Tecidos Guaratinguetá, Processo 47805, Santa Cruz do Sul, 09/09/1998. As informações mencionadas a seguir estão nas folhas 28, 29, 35, 92 e 109.

Dificuldades posteriores, inclusive de localização do falido, levam à extinção do processo em novembro de 2000. No processo seguinte³⁷, a mesma Cia. de Tecidos pede a falência de M. das G. Ismail e Cia Ltda, da cidade de Caçapava do Sul, por dívidas contraídas no ano anterior (1997), basicamente pela compra de cobertores.

O que estes dois casos revelam é que fabricantes do Sudeste tinham acesso ao mercado de produtos têxteis do sul do país e estavam em condições de cobrar judicialmente por mercadorias que não necessariamente eram de alto valor. Esta prevalência de empresas do Sudeste entre os credores em falências de riograndenses já existia também nos anos 1960-1990 (Weber, 2024).

Industriais gaúchos também processavam empresas do Rio Grande do Sul que haviam adquirido mercadorias sem o devido pagamento. Estes devedores são comerciantes, o que está explícito na razão social, e são pequenos, porque o montante da dívida não é expressivo. Uma indústria de vestuário de Erechim pede a falência de M. A. D., da cidade de Iraí, por esta não ter pago por produtos como calças e *over shirts*. Como a ré paga o débito o processo é encerrado.³⁸ No ano seguinte, o mesmo fabricante de Erechim pede a falência de um comércio de confecções da cidade de Canoas por dívidas de mercadorias de vestuário (calças masculinas e femininas, saias, camisas, vestidos e bermudas).³⁹ Em seu depoimento, o representante da falida (Lappely) alinha como causas da falência dívidas de clientes, falta de trabalho e dois assaltos. Não foram encontrados bens da empresa para custear as dívidas e o processo foi encerrado. As “dívidas de clientes” e “falta de trabalho” podem ser sinais de um mercado local pouco dinâmico: os clientes são poucos e quando compram não pagam.

Estas falências de comerciantes ou pequenos fabricantes podem não ter relação direta com um mercado agressivo e serem devida a outros fatores. Um processo entre dois comerciantes, entretanto, indica a presença de importados têxteis no estado⁴⁰, pois P. N. S/A Tecidos que importava e exportava vários produtos (tecidos, roupas, madeira, aço, ferragens, borracha, rações, produtos agropecuários, produtos elétricos) cobra dívida de J. R. F. L. e Cia. Ltda. As mercadorias adquiridas pelo devedor eram produtos de algodão, poliéster e poliamida e foram quitadas, com correção monetária e juros.

Vejam os mecanismos de sobrevivência de produtores têxteis que, não tendo falido, também não abandonaram a função quando houve estreitamento de vendas. Os relatos indicam que a persistência num modelo produtivo, mesmo em condições adversas, pode ser atribuída a questões culturais, tais como não se desfazer de um equipamento que foi pago com economias; noções práticas de conduzir o negócio que existe há vários anos por empenho da pessoa e mesmo de sua família de orientação. Outros fatores também não devem ser ignorados:

Uma parcela dessas empresas, mesmo estando ultrapassada tecnologicamente, ainda consegue se sustentar no mercado em parte, porque não têm determinados custos dos quais consegue se livrar pelo tempo de permanência no mercado, por não incorrer em certos encargos de mão de obra, podendo até ser por se encontrar nas condições de informalidade e ficando desonerada de muitos encargos fiscais e trabalhistas (Silva, 2001, p.28).

A manutenção de máquinas por mais de uma década, situação “ultrapassada tecnologicamente”, podia ser uma alternativa possível e a aquisição de máquinas nem sempre garantia uma posição competitiva no mercado. Uma experiência, colhida em entrevista,

37 TJRS/DARQ, Cia Fiação e Tecidos Guaratinguetá (A), Maria das Graças Ismail e Cia LTDA (R). Processo 9510 - F9001998019350, Caçapava do Sul. 22/12/1998. p. 20.

38 TJRS/DARQ, J R Meneguzzo Industria do Vestuario LTDA (A), Maria Ana Dazzi (R). Processo F9001995344746, 1996

39 TJRS/DARQ, JR Meneguzzo Ind. do Vestuário LTDA (Erechim), processa em falência Lappely Comércio de Confecções LTDA (Canoas). Processo 08197004115 / F9001990550085. Canoas, 06/02/1997.

40 TJRS/DARQ, Plínio Nardi SA Tecidos (Autor, Porto Alegre), José Roberto F. Lopes e Cia LTDA (Réu, Porto Alegre), Processo 5442. Caçapava do Sul. 30/01/1997.

aponta que atitudes corretas de modernizar o maquinário podem ser solapadas por fatores como clima e concorrência de produtos importados. A. L. instalou-se em 1986, em Lageado, com uma pequena malharia composta por máquinas operadas manualmente:

Até que 95 a gente sentiu a necessidade de aumentar a produção. Na época o governo tinha dado incentivo de custo zero da importação de equipamento que não existisse similar no mercado [...] E com isso, a gente conseguiu, então, aumentar a produção com as mesmas pessoas.

E assim foi, 2001, 2002 a gente triplicou a produção e trabalhávamos assim muito muito e só em cima da máquina, só malharia.

Lá em 2003, não lembro o ano, deu uma crise muito forte aqui, de inverno, e, além disso tudo, começou a entrar, os produtos importados.

Nós já vendia uma blusinha pro lojista a 39, digamos assim, e vendia assim direto, tinha uma margem boa, mas tinha qualidade do produto, valia a pena. E aí lá pelas tantas a gente percebeu que não tava mais vendendo como antes [...] São Paulo estavam buscando por 21, né, a mesma peça que nós vendia por 39. Ali foi uma coisa que deu uma pancada, digamos assim (A. L., proprietário de malharia, entrevista em 18/03/2021, Lageado/RS).

Este pequeno produtor agiu conforme a “cartilha” modernizadora: adquiriu máquinas importadas e aumentou a produtividade (“com as mesmas pessoas”). Mas isso não foi suficiente diante das “blusinhas” importadas por comerciantes paulistas. A família direcionou a empresa para outro ramo, a confecção, que é a produção, por exemplo, de uniformes, a partir do “tecido comprado em rolo”. A expressão “a gente perdeu todo o equipamento” retrata não a perda física, mas sua inutilidade. A manutenção das máquinas de tear mesmo que elas estejam paradas ou subutilizadas vemos em outra malharia, na cidade de Ijuí, na qual os proprietários conservam uma máquina eletrônica e, inclusive, uma manual, utilizadas na estação fria, que dura cada vez menos. A venda das máquinas, contudo, não é uma alternativa para repor o capital:

Então a gente tinha pensado, vamos vender [as máquinas de tecelagem], vamos ficar só com malha, investir mais em malha [corte e costura]. Só que o valor [de revenda das máquinas] é muito baixo. E como está tendo pouco inverno, também está difícil de vender.

Nós ligamos prá onde nós compramos [...] ihh nós compramos há uns 10 anos, ela [máquina] não vale nem a metade do que a gente pagou (S.S., proprietária de malharia, entrevista em 15/10/2020, Ijuí/RS).

Com este relato, retoma-se a narrativa do fabricante de Lageado: o estabelecimento continua a ser chamado de “malharia”, mesmo que a rigor não produza roupa de malha a partir do fio. Estes dois produtores, e uma terceira entrevistada, diante da alteração das vendas, passaram a produzir camisetas e outras peças a partir de tecidos prontos.⁴¹ O público consumidor dessas peças são escolas e empresas que demandam produtos padrão, eventualmente com logo de identificação. Mesmo que tenham se mantido no ramo do vestuário, ocorreu, por parte destes profissionais, uma perda de autonomia produtiva na criação de peças de vestuário, simplificação do maquinário e diminuição do número de trabalhadores.

Com mais lucidez que resignação, a fabricante constata que os produtos que “vem de fora” tem detalhes que não são obtidos com as máquinas do seu estabelecimento. A competição, em termos técnicos e de custo, está fora da alçada:

[...] a gente mesmo às vezes compra coisa diferente ali [mercado popular], por um preço muito bom, de fio que a gente não tem, malhas que nossas máquinas não tecem, acessórios que a gente não consegue colocar. Vem de fora, e é um preço bom (S.S., proprietária de malharia, entrevista em 15/10/2020, Ijuí/RS).

⁴¹ Quando os tecidos apresentam elasticidade, as peças produzidas também podem ser chamadas de “malha”.

CONCLUSÕES

A competição não é estranha ao processo de industrialização têxtil, pois muito antes da revolução industrial do século XVIII, a produção de tecidos foi objeto de disputa internacional. Tecidos ingleses semiacabados iam para Flandres para serem aparados e tingidos e o lucro maior ficava com os flamengos (Morton, 1970, p. 131). Um grupo inglês arrebatou a exportação dos panos e fundou uma fábrica em Antuérpia no início do século XV. Circunstâncias posteriores levariam ao desenvolvimento da indústria têxtil inglesa no século XVI.

Também sabemos que o capitalismo transformou em mercadoria algo mais básico que o vestuário, o alimento. Os cercamentos converteram gerações de camponeses ingleses em despossuídos e desempregados. Quando as indústrias da cidade passaram a absorvê-los, no final do século XVI, ampliou-se “a procura de pão, carne e outros gêneros alimentícios”, tornando o cultivo do solo mais atraente (Morton, 1970, p. 144).

Até mesmo a destruição estava presente desde o início da industrialização: “Em toda parte a tecelagem foi mecanizada uma geração após a fiação, e em toda parte, incidentalmente, os teares manuais foram morrendo vagarosamente, ocasionalmente se rebelando contra seu terrível destino, quando a indústria não mais necessitava deles” (Hobsbawm, 2015, p. 53). A destruição atualmente é recomendada como um salto tecnológico a empreendedores pelo SEBRAE e é denominada “criativa” na acepção dada por Joseph Schumpeter nos anos 1940.⁴²

Muitos estudos sobre o funcionamento da economia capitalista privilegiam grandes empresas, dados macroscópicos e teorias divulgadas internacionalmente. Por sua vez, este artigo buscou recortar realidades em menor escala, as quais, a despeito de menos visíveis, são numerosas. A onipresença da palavra “competição” na literatura visitada não deve nos fazer esquecer que, o que está em jogo, não são prêmios, mas modos de vida e meios de sobrevivência. E a competição e a inovação técnica, caso não estejam amparadas em reconhecidos suportes sociais, serão apenas uma engrenagem anômica:

Daí o formidável e incessante desenvolvimento da técnica preso ao crescimento econômico e largamente financiado por ele. Daí também o fato de que o aumento do poder dos homens sobre o mundo tornou-se um processo absolutamente automático, incontrolável e até mesmo cego, já que ultrapassa as vontades individuais conscientes.

É simplesmente o resultado inevitável da competição (Ferry, 2006, p. 247).

Um modelo de diversificação foi sugerido pelo relator do setor têxtil do Estudo sobre a Competitividade da Indústria Brasileira com base no caso americano: “Empresas que produziam artigos de baixo e médio preços, comercializados por grandes cadeias de lojas, moveram-se no sentido da produção de artigos de preço mais elevado” (Garcia, 1993, p. 32). Guardadas as devidas proporções, esta estratégia lembra a utilizada pelos proprietários de malharias gaúchas, que se direcionaram à “classe A”, aos “afortunados consumidores”, aqueles que “têm dinheiro”. Este tipo de solução, quando bem-sucedida, é digna de registro, todavia, não serve como proposta de aplicação extensa.

Felizmente, no momento da conclusão deste artigo, encontramos empresas que dão sobrevida às máquinas. Em Santa Catarina, duas empresas que iniciaram suas atividades em 2015 operam no ramo de máquinas têxteis usadas, oferecendo equipamentos com bem mais de dez anos de idade. A Circulatex dispõe de “teares reformados com revisão e garantia prontos para atender a sua demanda”.⁴³ A Santanatex associa a si a sustentabilidade e

42 SEBRAE, Use a destruição criativa para inovar no seu e-commerce, atualizado em 24/04/2023, disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/use-a-destruicao-criativa-para-inovar-no-seu-e-commerce,16918d7148bd6810VgnVCM-1000001b00320aRCRD>.

43 CIRCULARTEX, Blumenau/SC, disponível em <https://circulartex.com/>. Acesso em 01 fev. 2026

promete negociação de máquinas têxteis usadas com “propostas justas”.⁴⁴ No Rio Grande do Sul, a Dellamach Têxtil, especializada em máquinas para produzir fitas, cordões ou alças, oferece “máquinas têxteis reformadas com a mesma eficiência e confiabilidade de um equipamento novo”.⁴⁵ Na Europa existe uma plataforma internacional online, com sede na França, de compra e venda de máquinas industriais usadas, que podem ter sido fabricadas há mais de vinte anos.⁴⁶ Este não é um levantamento exaustivo, mas demonstra que a vida útil dos equipamentos está sendo valorizada.

Muitas teorias e interpretações aqui revisitadas foram desenvolvidas em uma situação crítica do país, o que justifica, em parte, a cobrança urgente e maximizada direcionada às empresas. Algumas das sugestões de “estratégias” parecem lançar sobre o indivíduo a responsabilidade de um fenômeno que é social, além de alertarem para mudanças de grande velocidade, que nem sempre podem ser acompanhadas, exceto por alguns agentes que dominam fatores estratégicos em dada circunstância.

Contudo, a sociedade deve continuar garantindo que produção da roupa deva estar ao alcance do pequeno produtor. Não são objeto deste artigo, mas, sim, existem modalidades alternativas de produção têxtil que preservam a autonomia do produtor.

44 SANTANEX, Brusque/SC, disponível em <https://santanatex.com.br>. Acesso em 01/02/2026.

45 DELLAMACH TÊXTIL, Sapiranga/RS, disponível em <https://dellamachtextil.com.br/>. Acesso em 01/02/2026.

46 EXAPRO, Tecelagem - teares usados, disponível em: <https://www.exapro.pt/tecelagem-teares-c542/>. Acesso em 02/02/2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>. Acesso em: 17.09. 2024.
- BONADIO, Maria Claudia. *O fio sintético é um show! Moda, política e publicidade*; Rhodia S.A. 1960-1970. Tese de doutorado (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CELESTINI, Juliana. *O final do acordo sobre têxteis e vestuário e a competitividade na Indústria Têxtil brasileira*. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.
- CONTADOR, Carlos Alberto. *Avaliação da Competitividade de Empresas Têxteis do Pólo Industrial de Americana*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.
- DUPAS, Gilberto. *O Mito do Progresso ou progresso como ideologia*. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- EMERY, Márcio de Moraes. *O impacto da abertura ao comércio exterior da década de 1990 no setor têxtil brasileiro*. Tese de Doutorado. PPG Ciências Sociais. PUC/SP. São Paulo, 2007.
- FARIA, Daniel Silva. *A internacionalização e globalização produtiva na indústria de confecções: um estudo sobre a ascensão de empresas globais no período 1990-2015 e seus impactos sobre a cadeia têxtil-vestuário no Brasil*. Trabalho de Conclusão (graduação). Curso de Ciências Econômicas UFRGS, Porto Alegre, 2016.
- FERRY, Luc. *Aprender a viver*. Filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- GARCIA, Odair Lopes. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Competitividade da Indústria Têxtil*. Nota Técnica Setorial do Complexo Têxtil. MCT/ FINEP. Campinas, 1993.
- GUSMÃO, Nilzeth Neres. *A qualidade na indústria têxtil, da tecelagem ao vestuário: estudo de casos múltiplos em pequenas e médias empresas no estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. PPG em Engenharia de Produção. Universidade Paulista. São Paulo, 2008.
- HERÉDIA, Vania B. M.; FONTANA, Giovanni L. Emigração, Industrialização e Cultura do Trabalho: O caso de Galópolis primeira indústria têxtil na zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Ricerche Storiche*, n. 3, sett.-dic. 2018. p. 99-109.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções 1789 -1848*. Paz e Terra, 2015.
- KELLER, Paulo Fernandes. *Globalização e mudanças na cadeia têxtil brasileira*. São Luís: Edufma, 2010.
- LANCEROTTI, Marcelo Vicente. As crises econômicas das décadas de 1980 e 1990 e o

negligenciamento das políticas industriais como fatores da desindustrialização brasileira. *XV Congresso Brasileiro de História Econômica & 16ª Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE. Osasco, out. 2023. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/congresso/xv-congresso-brasileiro-de-historia-economica-and-16-conferencia-internacional-de-historia-de-empresas>

LINS, Hoyêdo Nunes. Pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas face às mudanças nas condições de concorrência. *Ensaio FEEE*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, 2000. p. 110-137.

MÁRIO, Poueri do Carmo. *O fenômeno da falência: análise das causas*. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, 2005.

MORTON, A. L. *A História do Povo Inglês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PICCININI, Valmiria C.; OLIVEIRA, Sidinei R. de; FONTOURA, Daniele dos S. Setor têxtil-vestuário do Rio Grande do Sul: impactos da inovação e da flexibilização do trabalho. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 355-376, out. 2006.

POLANY, Karl. *A Grande Transformação*. As origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ROOS, Denise B. *O setor industrial de malharia retilínea de Caxias do Sul*: um estudo de aglomerado de pequenas empresas. Dissertação (Mestrado Profissional). PPG Economia. UFRGS, 2001.

ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1962].

SCHERER, André; CAMPOS, Sílvia H. A competitividade da cadeia produtiva têxtil-vestuário do Rio Grande do Sul. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 1996. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1210/1560>. Acesso em: 5 fev. 2018.

SILVA, Luiz Antônio da. *Diagnóstico da mortalidade das micro e pequenas empresas de Rio Verde-GO no período de 1998 a 2000*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Universidade Federal de Uberlândia. 2001.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Ed. da USP, 1968.

SUZIGAN, Wilson. *A Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VOGT, Cláudio César. *As origens da indústria gaúcha e o setor têxtil no período do processo de substituição de importações*. Dissertação de Mestrado Profissional em Economia. FCE/UFRGS. 2003.

WEBER, Regina. Pequenos produtores sob a lógica do mercado: estudo do ramo têxtil do Rio Grande do Sul (décadas 1960-1980). Revista *História, Histórias*. v. 12, n. 26. out./dez. 2024.

Entrevistas

A. L. Proprietário de malharia. Entrevista a Lucas Becker Delwing em 18/03/2021, Lageado/RS.

S.S. Proprietária de malharia. Entrevista a Regina Weber em 15/10/2020, Ijuí/RS.

S. C. Proprietária de malharia. Entrevista a Regina Weber em 14/10/2020, Ijuí/RS.

Fontes Judiciais

TJRS/DARQ. *Massa falida de Bem me Quer Ind. Com. de Confecções e Bordados Ltda.* (Aut.) Processo F900 1990846124. Canoas 5ª Vara – Dist. Civil. 24/11/1993.

TJRS/DARQ. Banrisul impugna crédito de Brandt Indústria do Vestuário Ltda. Processo 9466 - F9001997930595. Cachoeira do Sul. 05/09/1994.

TJRS/DARQ. J R Meneguzzo Industria do Vestuario LTDA (Erechim), pede a falência de Maria Ana Dazzi (Iraí). Processo 8.517-155/96 - F9001995344746. Iraí, 06/08/1996.

TJRS/DARQ. JR Meneguzzo Ind. do Vestuário LTDA (Erechim), processa em falência Lappely Comércio de Confecções LTDA (Canoas). Processo 08197004115 - F9001990550085. Canoas, 06/02/1997.

TJRS/DARQ. Plínio Nardi SA Tecidos (Autor, Porto Alegre), José Roberto F. Lopes e Cia LTDA (Réu, Porto Alegre). Processo 5442. Caçapava do Sul. 30/01/1997.

TJRS/DARQ. Cia Fiação e Tecidos Guaratinguetá (Requerente, Guaratinguetá/SP), Antonio Tomé Alves Andrade (Réu, Santa Cruz/RS). Processo 47805, Santa Cruz do Sul/RS. 09/09/1998.

TJRS/DARQ. Cia Fiação e Tecidos Guaratinguetá (Guaratinguetá/SP), pede falência de Maria das Graças Ismail e Cia LTDA (Caçapava do Sul/RS). Processo 9510 - F9001998019350, Caçapava do Sul. 22/12/1998.

Periódicos

CAXIAS NOTÍCIAS. Caxias do Sul (BNDigital). Edição 00071, 1999.

FOLHA DE HOJE. Caxias do Sul (BNDigital). Edição 01362, 1994; Edição 01094, 1993.

GAZETA DE CAXIAS. Caxias do Sul (BNDigital). Edição 00206; 1998.

O PIONEIRO. Caxias do Sul (BNDigital). Edição 00040, 1964; Edição 00003, 1965; Edição 00029, 04/06/1966; Edição 00040, 1966; Edição 00036, 1971; Edição 00011B, 1982; Edição 04584, 24/07/1990; Edição 04605, 17/08/1990; Edição 04605, 17/08/1990; Edição 06138, 1995; Edição 07790, 2000.

O PEREGRINO/ PELLEGRINO. Caxias do Sul (BNDigital). Edição 00002, 1987; Edição 00128, 1996.

ZERO HORA. Porto Alegre. (Museu da Comunicação Hipólito José da Costa). n. 8885, 01/01/1990; n. 8899, 15/01/1990; n. 9508, 14/09/1991; n. 9531, 07/10/1991; n. 9554, 30/10/1991; n. 9554, 30/10/1991

Páginas virtuais

CIRCULARTEX. Blumenau/SC. Disponível em <https://circulartex.com/>. Acesso em 01 fev. 2026

DELLAMACH TÊXTIL. Sapiranga/RS. Disponível em <https://dellamachtextil.com.br/>. Acesso em 01/02/2026

EXAPRO. TECELAGEM. Teares usados. Disponível em: <https://www.exapro.pt/tecelagem-teares-c542/>. Acesso em 02/02/2026.

FOLHA ONLINE. Milton Friedman, vencedor do Prêmio Nobel de Economia, morre aos 94. São Paulo. 16/11/2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u112437.shtml>. Acesso em 04/02/2026

LOJAS RENNER S. A. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lojasrennersa.com.br/nosso-ecossistema/quem-somos/>. Acesso em 15 jun. 2024.

MERCOSUL. Mercado Comum do Sul Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos/tratados-protocolos-e-acordos>. Acesso em 02/02/2016

SANTANEX. Brusque/SC. Disponível em <https://santanatex.com.br>. Acesso em 01/02/2026

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Use a destruição criativa para inovar no seu e-commerce. Atualizado em 24/04/2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/use-a-destruicao-criativa-para-inovar-no-seu-e-commerce,16918d7148bd6810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em 02/02/2026.

SEBRAE. Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual: diferenças e características. Disponível em <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/epp-microempresa-mei>. 19/05/2025. Acesso em 02/02/2026.